

Cardoso Alves acha que incentivos permanecerão

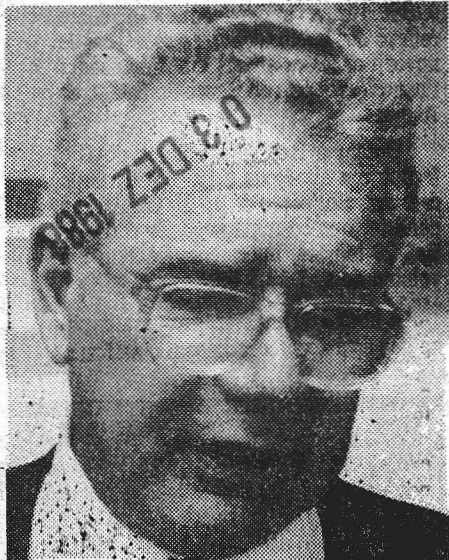
José Roberto Serra

Os incentivos fiscais concedidos pela nova política industrial devem permanecer após a votação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, segundo opinião do ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves. Em entrevista dada ontem logo após a inauguração de um laboratório do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), o ministro disse que "o João Batista e o Mailson são dois fanáticos por esse negócio de enxugar e por pouco eles não me pegam a Política Industrial".

Robertão disse, contudo, que conseguiu convencer o presidente Sarney de que esses incentivos fiscais são, na verdade, investimentos que darão lucros, decorrentes da modernização do parque industrial brasileiro. Quanto ao Congresso, afirmou que "seria uma burrice cortar os incentivos".

O ministro afirma que está havendo uma grande confusão no Congresso com relação ao Orçamento da União. Ele citou o Funcafé, um fundo formado pela retenção de sacas de café compradas pelos exportadores, com cujos recursos os parlamentares queriam fazer escolas e outras obras públicas no Rio Grande do Sul e no Pará. "Eles não sabem que o Funcafé é físico e não existe o dinheiro que eles querem, pois para isso seria necessário vender as sacas de café", disse Roberto Cardoso Alves.

Patrícia — Quanto ao novo laboratório do Inmetro, ele disse que dará maior seriedade à produção nacional e servirá como combate à fraude de industriais inescrupulosos que vendem 800 gramas como se fossem um quilo. O ministro também confirmou que autorizou o embarque de 97 mil sacas de café para Trieste, na Itália. Essas sacas servirão como garantia aos empréstimos de US\$ 200 milhões contraídos por 18 firmas brasileiras



Cardoso Alves: uma burrice

que, em 1986, compraram 632 mil sacas de café robusta no terminal de Londres, a mando do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Ele confirmou que parte dessa dívida, conhecida no mercado cafeeiro como *Operação Patrícia*, deverá ser paga no próximo ano, mas admitiu que algumas firmas praticaram fraude ao vender o produto, o que não estava autorizado pelo Ministério da Fazenda.

Ao ser perguntado sobre a influência que teria um aumento de 100% no salário mínimo para a indústria e o comércio, o ministro respondeu citando o Papa Leão XIII, que, na encíclica *Rerum Novarum*, afirmou que o salário tem três condicionantes: deve servir às necessidades do trabalhador, às possibilidades do empregador e à exigência do bem comum.